



History of Education in Latin America
Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International
License

Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de História: uma reflexão sobre o uso de fontes históricas em sala de aula

Analysis of National Curricular Parameters for History Education: a reflection about the use of historical sources in the classroom

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, E-mail:

raylaneadn@gmail.com

Tayanne Adrian Santana Morais da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil, E-mail:

tayanne_morais16@hotmail.com

Raquel Barreto Nascimento

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil, E-mail:

raquelbarreto.nasc@gmail.com

Abstract

The present study is an analysis of the use of historical sources in the classroom from the perspective of the National Curriculum Parameters for the teaching of History. First, we propose to weave an analysis about the perspective of use of historical sources pointed out by the NCP's, seeking to locate the elaboration of this document in a context of influence of Annales School and the construction of a democratic Brazil. Subsequently, we point out a theoretical discussion about the use of sources in the classroom, in light of the studies of the authors Albuquerque Jr. (2012), Caimi (2008), Fico (2012), Pereira and Seffner (2008). Finally, we point out the possibilities of using Capoeira as a historical source based on the recommendations of the History NCP's.

Keywords: History Teaching. Curriculum Parameters. Historical Sources.

Resumo

O presente estudo trata-se de uma análise sobre o uso de fontes históricas em sala de aula segundo a perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História. Primeiramente, nos propomos a tecer uma análise acerca da perspectiva de utilização das fontes históricas apontadas pelos PCN's, buscando localizar a elaboração deste documento em um contexto de influência da Escola dos Annales e de construção de um Brasil democrático. Em seguida, apontamos uma discussão teórica a respeito do uso de fontes em sala de aula, à luz dos estudos dos autores Albuquerque Jr. (2012), Caimi (2008), Fico (2012), Pereira e Seffner (2008).

Por fim, apontamos as possibilidades do uso da Capoeira como fonte histórica com base nas recomendações dos PCN's de História.

Palavras-chave: Ensino de História. Parâmetros Curriculares. Fontes Históricas.

Introdução

No que diz respeito à disciplina de História, por ser uma das responsáveis pelo tratamento das humanidades no ambiente escolar, muitas foram as formulações sobre a função da escrita e do ensino desta – memorizar grandes feitos, moralizar e educar cidadãos, por exemplo. Contudo, “(...) desde a Antiguidade, desempenhou o papel de formar subjetividades, de produzir a própria humanidade daqueles que são definidos como humanos” (Albuquerque Jr., 2012, p. 31). Nesse sentido, a História desempenharia um papel fundamental na construção da alteridade, do respeito às diversidades e de preparar o homem para conviver com os momentos de rupturas e continuidades ao longo do rumo da humanidade (Albuquerque Jr, 2012).

Uma das considerações que Fonseca (2004) aponta como uma das mais recorrentes dúvidas entre os professores diz respeito a natureza e os conteúdos que serão ministrados em sala de aula que possam atender a necessidade do desenvolvimento e exercício da alteridade por parte do alunos. Sob este viés, segunda a autora, diversos embates são travados quanto à elaboração do currículo, especialmente da disciplina de História. Como e quais conteúdos podem ser abordados para possibilitar a formação de cidadãos preparados para o mercado de trabalho – cada vez mais excludente – e ao mesmo tempo preocupados com a redução das mazelas sociais que assolam a humanidade e com qual versão da história eles cumprirão com o ofício do professor?

Sob essa perspectiva, as possíveis leituras e ressignificações que os educadores podem realizar dos programas oficiais voltados para o ensino de suas disciplinas são fundamentais para a elaboração de sua organização escolar. Organização que deve cumprir com uma função política e social de combate às formas de violência, opressão e discriminação contra os segmentos historicamente marginalizados como negros, mulheres e indígenas. Elaborados num contexto de redemocratização, após um dos períodos mais obscuros da História recente do Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História revelam a urgência, desde antes da década em que foi elaborado, de um ensino de História preocupado com a

formação humana, colocando o educando como o sujeito ativo no processo de ensino.

Os PCN's de História e a utilização de fontes históricas no contexto de sala de aula

Segundo Batista Neto (2000), foi a década de 1970 que trouxe para a educação brasileira uma forte oposição ao modelo de ensino e as políticas educacionais vigentes em meio ao Regime Civil Militar. Vários estudiosos, inclusive historiadores – reunidos através da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) – empreenderam uma série de lutas e reivindicações que ganharam espaço na imprensa, conseguindo então, revogar os cursos de Estudos Sociais que prezavam por uma descaracterização da área das humanidades (Batista Neto, 2000).

Contudo, a década de 1980, segundo o autor, traz um cenário de intensa desvalorização do educador e da escola pública. Ao mesmo tempo, iniciou-se um movimento para “dinamizar a disciplina, tendo sido experimentadas e introduzidas algumas inovações significativas na História escolar” (Batista Neto, 2000, p. 20). Com o processo de redemocratização em voga, o ensino de História é permeado por novas discussões que incluem as abordagens metodológicas ligadas a Escola dos Annales.

Conforme Burke (1997), a ampliação do campo estudado pela história, se deu em decorrência das “descobertas de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las” (1997, p. 126). A produção historiográfica brasileira influenciada pelos pensadores da Nova História ampliam os debates quanto à crítica do modelo positivista de uma abordagem unilateral dos eventos históricos, trazendo para o centro das discussões, a utilização de outras fontes históricas - além dos documentos escritos tão prezados pelos positivistas – que possibilitem novas releituras dos diversos contextos históricos.

Contudo tais inovações, no entanto, continuaram por algum tempo circunscritas aos ambientes mais expostos à influência acadêmica e distanciados das escolas brasileiras, prevalecendo ainda no Brasil da década de 1990, o ensino tradicional de História nas salas de aula (BATISTA NETO, 2000). Dessa forma, são elaboradas novas políticas educacionais para o ensino de História que visam ampliar as discussões circunscritas nesse contexto de valorização de novas fontes e recursos metodológicos para analisá-las na sala de aula. Nesse arcabouço, em

1997, o Ministério de Educação (MEC) divulga os Parâmetros Curriculares Nacionais para os primeiros anos do ensino fundamental (1ª a 4ª série no ano citado) e no ano seguinte, são apresentados os PCN's para o Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série).

São os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que trazem uma ampliação dos debates em torno de um novo ensino de História e da inserção de novos materiais didáticos para auxiliar o trabalho pedagógico. Os PCN's para o ensino de História, em especial, demonstram o caráter de abertura democrática que permeou as discussões nas décadas de 80 e 90 e as mudanças quanto ao papel da escola no combate a intolerância.

As interpretações dos alunos acerca das relações interpessoais, sociais, econômicas, políticas e culturais, presentes no mundo de hoje e em realidades históricas distintas, devem ser cada vez mais críticas e **estarem cada vez mais permeadas pela compreensão da diversidade, das convivências**, das contradições, das mudanças, das permanências, das continuidades e das discontinuidades históricas no tempo (Brasil, 1998, p. 65) (Grifos nossos).

Tal documento tem sua preocupação voltada para uma abordagem historiográfica em sala de aula que tente abarcar a diversidade cultural existente no Brasil, estabelecendo como objetivo que os alunos sejam capazes de reconhecer permanências e rupturas dos processos históricos da humanidade e enfatiza a importância do desenvolvimento de habilidades que promovam o respeito à diversidade. Os Parâmetros destacam ainda a correlação entre o desenvolvimento dessas competências e as relações que os alunos tecem em seu cotidiano.

Nesse íterim, os Parâmetros apontam que é no convívio do presente e nas lembranças do passado que os jovens recriam costumes e normas, constroem seus sistemas de regras e valores, socializam com outros de mesma idade ou de faixa etária diversa, visualizam um futuro e analisam sua própria vivência. As diversas representações do passado são reconstituídas na televisão, nos jornais, nas rádios e nos mais diferentes meios de socialização, demandando da escola um caráter inter e transdisciplinar na elaboração de seu currículo, em especial, o de História e requerendo desta uma nova leitura quanto a influência desses espaços e as informações que deles provém.

Quanto ao papel do educador, a formulação dos PCN's insere-se em um contexto em que a função do professor não está mais restrita a transmissão de saberes, mas como agente atuante na produção do saber junto ao aluno. Nesse sentido, os Parâmetros estabelecem uma posição dialógica com o contexto de

releitura do papel do educador em uma sociedade democrática e inscrita na efervescência do uso de novas tecnologias e da perspectiva pedagógica do construtivismo, destacando ainda a multiplicidade de espaços disponíveis para a aprendizagem do educando já na década de 1990.

Nesse sentido, o trabalho com documentos históricos surge como uma das opções viáveis para o desenvolvimento de uma consciência crítica das diferentes narrativas históricas, tendo em vista que, segundo o próprio PCN, “o trabalho com documentos históricos é um recurso didático que favorece o acesso dos alunos a inúmeras informações, interrogações, confrontações e construção de relações históricas” (Brasil, 1998, p. 89). Conforme Bittencourt (2012), esses documentos que ao contrário dos manuais didáticos, por exemplo, não foram intencionalmente desenvolvidos como recursos pedagógicos, quando utilizados pelo educador, se configuram como recursos que podem ser utilizados nas mais variadas situações didáticas.

Nesse contexto, a elaboração dos Parâmetros contextualizado em meio à “ênfase nas relações de complementariedade, continuidade, descontinuidade, circularidade” (BRASIL, 1998, p. 39), traz a questão do uso de diferentes fontes históricas que propiciem a evidência de contradições, rupturas e permanências nos âmbitos que envolvem a experiência humana. Outro ponto que pode ser destacado é na crítica das análises de eventos históricos isoladamente, sem correlacioná-los a outros eventos e perceber os matizes que permeiam esses acontecimentos.

É válido pontuar que o uso dessas fontes históricas proposto pelos PCN's pauta-se no recurso de contextualização da fonte, análise crítica e comparativa de diferentes materiais, rompendo com a lógica positivista de tomar a fonte documental escrita como verdade absoluta. Ademais, reitera a importância de multiplicidade das origens dessas análises, em que o livro didático não se configure como único material de pesquisa em sala de aula. Na contextualização histórica sobre as mudanças no ensino de História, as próprias linhas do documento apontam as mudanças de paradigmas quanto às formas de ensino memorativas e distanciadas da realidade do aluno, tão caras ao método de ensino tradicional, como comprometedoras de um processo de ensino-aprendizagem significativo (Brasil, 1998, p. 28).

Nesse contexto, as fontes históricas perdem seu caráter meramente ilustrativo e comprobatório, para assumir uma dimensão de parte do conhecimento histórico produzido pelos alunos e pelo educador, no momento em que este seleciona e

analisa as possibilidades didáticas com os documentos e aqueles analisam, criticam, contextualizam e comparam os resultados de seus estudos. Tal cenário constitui-se também como um recurso fomentador da autonomia do educando que de somente receptor do conhecimento em um contexto tradicional positivista, passa a produzir suas próprias considerações sobre os materiais propostos, na medida em que debate com seus colegas, apresentam produções escritas e tecem suas visões de mundo a partir de seus estudos.

Outro objetivo dos Parâmetros quanto ao uso de fontes de informação diversas, é que seja possível ao professor o desenvolvimento de ações pedagógicas que construam a aprendizagem de métodos de busca, interpretação, comparação e contextualização de fontes históricas diferentes; nesse sentido, cabe ao processo de ensino-aprendizagem tornar possível que o aluno analise, critique e reflita sobre as diferentes formas de representação de mundo ao longo da história e possam tecer comparações com o contexto em que ele encontra-se inserido. Contudo, o documento enfatiza a importância de uma seleção criteriosa dos materiais/fontes/informações que podem ser relacionadas ao processo didático.

O professor assume o papel preponderante nessas eleições e como mediador das dinâmicas de acesso às novas informações, o que necessita da apropriação de saberes disciplinares e pedagógicos para melhor adequar os recursos disponíveis para uma vivência da experiência histórica gratificante. O trabalho com documentos descritos nos PCN's destacam ainda a importância do educador considerar os conhecimentos prévios e a partir disto, ponderar quais situações didáticas são adequadas para os alunos; além disso, após a realização de análises, comparações e outros recursos metodológicos, se torna importante que o educador trate com os alunos as ideias e interpretações que estes tinham sobre a fonte histórica estudada, para então estabelecer o que de novo foi construído sobre. O documento aponta que,

O mais importante, vale lembrar, é sempre avaliar as situações significativas de sala de aula, em que os estudantes se envolveram, compararam seus conhecimentos prévios com as novas informações, conseguiram interpretar e abstrair questões pertinentes ao saber histórico (Brasil, 1998, p. 89).

As considerações dos Parâmetros quanto à utilização de fontes históricas e sua relação com os conhecimentos prévios dos alunos se configuram como uma perspectiva interessante que enfatiza o caráter do aluno como sujeito histórico envolto em uma série de dinâmicas que influenciam sua leitura de mundo. A

proposta aqui destacada se encontra na “possibilidade de aprender” e sua relação com a “possibilidade de entrar em contato” com o assunto proposto pela ação docente (Mira, 1998, p. 61). Ambas as possibilidades encontram no trabalho com as fontes históricas a aproximação do aluno com a produção de representações em várias instâncias da sociedade, em que existe uma interdependência entre a construção de uma aprendizagem significativa e o contato com a cultura material acumulada ao longo da história através das fontes.

Por fim, a utilização das fontes históricas proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História merece algumas ponderações. O documento se refere a problemática de que a apropriação de determinados conceitos e fontes próprias do campo científico da História não preza pela formação de “pequenos historiadores”, mas sim, cidadãos capazes de identificar, analisar, contextualizar e problematizar os fatos históricos analisados. Conforme Caimi (2008) seria necessário munir os alunos de conhecimentos tanto dos conceitos, quanto das metodologias desse ramo científico, em que “as finalidades do trabalho do historiador, ao produzir conhecimento histórico, são distintas das finalidades do trabalho do professor ao ensinar história” (Caimi, 2008, p. 143).

O documento enfatiza que o objetivo é tornar o estudante capaz de uma leitura crítica das situações e lugares em que ele se encontra e que esteja apto a mobilizar a capacidade de tecer “algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época” (Brasil, 1998, p. 40). Portanto, a ótica trazida pelos Parâmetros é de utilização dos conhecimentos históricos suscitados através do trabalho com as fontes históricas como meio de viabilizar um processo de ensino-aprendizagem significativo e que esteja em paralelo com a função da História – na educação básica – não em formar “pequenos historiadores”, mas pequenos grandes cidadãos preparados para uma convivência verdadeiramente humana.

Debate teórico sobre o uso de fontes históricas em sala de aula

A história surgiu como gênero narrativo na Grécia e devia atender às funções de memorizar os feitos humanos e servir de guia para as ações futuras. Ela ocupava-se dos acontecimentos do presente e o passado aparecia somente para ajudar facilitar a compreensão dos eventos extraordinários que o narrador

presenciava. No início do século XIX, por sua vez, a prática historiográfica passou a obedecer alguns critérios: iniciou-se a profissionalização do ensino e da escrita da história, tornando-a um saber universitário, com aspirações à cientificidade. Diferentemente do que ocorria na Antiguidade, a história falava agora, preferencialmente, de um passado acabado e separado do presente, que serve, no entanto, para explicá-lo e ajudar a construir identidades nacionais. Sobre esse caráter de veracidade e cientificidade que deveriam presidir o saber histórico, Albuquerque Júnior aponta:

O historicismo alemão [...] preocupou-se de dotar a história de um método [...] apoiado na crítica documental, na análise da documentação presente nos arquivos oficiais, serviria para estabelecer a versão correta, veraz, definitiva para cada evento. [...] A história passa a ter, assim, a função de dizer a verdade sobre o passado da civilização e da nação [...] (Albuquerque Jr, 2012, p. 25).

Após esse período do que Fico (2012) chama de “predomínio quase fetichista do documento” (Fico, 2012, p. 47), no final do século XIX e início do século XX, algumas correntes, como a Escola dos Annales, aparecem e contribuem para a ampliação do rol de fontes utilizadas pelo historiador. Pois, ao contrário do que defendiam os historiadores vinculados às escolas metódicas, os historiadores dos Annales acreditavam que a história se fazia a partir do e para o presente. Ou seja, o passado não faz sentido em si mesmo e não está desconectado do contemporâneo. Nesse sentido, a história passa a ter uma função importante de desnaturalizar o tempo presente através de um olhar em perspectiva que atente para as diferenças, relativizando todos os valores e pontos de vista.

Já no Brasil, conforme Caimi (2008), nas primeiras décadas do século XX, com a criação das faculdades de filosofia e ciências humanas que abrigou os primeiros cursos de história do país, houve um aumento da profissionalização dos historiadores e uma produção de conhecimentos que obedecia a critérios científicos de pesquisa documental. A partir da década de 1970, contudo, verifica-se nova reorientação da pesquisa histórica brasileira, estimulada especialmente pelas transformações contextuais do cenário político-social e pela acentuada proliferação dos cursos de graduação e pós-graduação na área da história, que apresenta uma nova classificação e tratamento das fontes: emprego de processos criminais e eclesiásticos, devassas e testamentos, imprensa, história oral, além do uso de fontes iconográficas e audiovisuais.

De forma semelhante, ainda segundo as palavras de Caimi (2008), no campo de ensino de História as transformações também são contundentes e se aproximam da abordagem trazida pela escola dos Annales sobre a História enquanto espaço de desnaturalização:

[...] compreensão da relatividade do conhecimento histórico, fruto não de verdades definitivas, mas do olhar do historiador – sempre seletivo –, do método e das fontes. [...] compreensão da memória histórica como instrumento de luta, de emancipação e de transformação social, na medida em contribui para o desenvolvimento de habilidades de pensamento que permitem a desnaturalização do passado e o questionamento das tradições herdadas; [...] incorporação de diversas linguagens de ensino, com especial atenção para o cinema, a música, a imagem e documentos históricos impressos em geral; [...] tentativa de substituição da memorização pela reflexão histórica, favorecendo a aprendizagem pela descoberta e pela construção do conhecimento (Caimi, 2008, p. 132).

Importa destacar que no campo da educação brasileira, também há uma grande influência do movimento da Escola Nova que fez emergir outras possibilidades metodológicas, que procuravam superar as práticas memorísticas de aprendizagem histórica. Essa influência é demonstrada nos manuais didáticos e nas obras dirigidas especialmente aos professores, contendo orientações em termos de métodos e recursos mais apropriados para atingir os objetivos da disciplina. No trabalho de Caimi (2008), encontramos referências a livros e manuais didáticos do início do século XX, em que havia uma preocupação com o uso de novas tecnologias no ensino da história escolar, especialmente mapas, imagens e o cinema como recursos didáticos.

Contudo, a incorporação de fontes nos manuais didáticos desta época parece cumprir uma função meramente ilustrativa, trazendo apenas a modesta possibilidade de ensinar pelos olhos, não só pelos ouvidos. Segundo a autora,

Não estava colocada, ainda, a intenção de tomar essas fontes como objetos de estudo, desvendando suas condições de produção, nem mesmo a possibilidade de, por meio de seu estudo, desenvolver determinadas competências cognitivas, como observação, investigação, compreensão, interpretação, argumentação, análise, síntese, comparação, formulação de hipóteses, crítica documental, etc. A centralidade da proposta está no conteúdo e na sua ilustração, bem como no propósito de despertar o amor à pátria e o culto aos seus personagens e feitos (Caimi, 2008, p. 134).

Mas se nesse período as fontes eram utilizadas apenas como ilustração dos argumentos, como os professores da atualidade lidam com essas fontes? Para Pereira e Seffner (2008), o uso de fontes históricas como prova ainda se faz

presente nas salas de aula da contemporaneidade e são decorrentes de uma ânsia em dar realidade ao relato histórico. Em outras palavras, as transformações no ensino a partir da década de 1970, anteriormente mencionadas, se mostram presentes — na maioria dos casos — apenas no plano da teoria. Quando utilizadas somente com um propósito de validação, a aula de história perde uma boa oportunidade de discutir o papel que as fontes assumem no interior de cada geração e de cada uso que delas se faz. Diante disso, os mesmos autores dizem que,

O uso de fontes históricas deve [...] mostrar às novas gerações a complexidade da construção do conhecimento histórico. [...] Creemos que o nosso maior problema é menos ensinar um conteúdo e mais contribuir para criar uma outra memória, que contemple uma outra noção de ciência e de verdade. [...] Ensinamos os estudantes a ler o relato histórico e ensinamos a ler as representações sobre o passado que circulam na sua sociedade. [...] Pretendemos, desse modo, ensinar aos estudantes a especificidade da narrativa histórica em relação a outras narrativas do passado, como o cinema, a televisão, a literatura, a música, a matéria jornalística, dentre outras. Ou seja, queremos que o estudante se torne alguém capaz de reconhecer na História o estatuto de uma ciência, com seus limites e suas possibilidades. Não precisamos para isso, necessariamente, ensinar o estudante a ler um documento, mas apenas, singelamente, a desconfiar do documento (Pereira & Seffner, 2008, p. 126).

Cumprindo as expectativas elencadas acima, a escrita e o ensino de História passam a possibilitar o aprendizado de que o que somos é apenas uma forma de ser entre muitas e que esse conhecimento não é o único possível. É justamente nessa ótica que o trabalho em sala de aula com documentos pode ser pensado: de criar e recriar o que somos, dando um sentido original para o ensino de história, em conexão não apenas com a formação da identidade dos alunos, mas também da alteridade — o aprendizado da possibilidade da existência de outras formas de sermos humanos. O aprendizado da tolerância, o de prestar atenção no outro, não para não recusá-lo, mas para aceita-lo em sua essência (Albuquerque Jr, 2012).

Ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. Diante disso, nas palavras de Albuquerque Junior (2012), a história pode, dependendo da forma como é escrita e ensinada, além de como e quais fontes são utilizadas: levar-nos a valorizar o tempo presente, nos fazer perceber a necessária intensidade com que temos de viver a vida, como devemos valorizá-la, não ficando alheios ao que nela se passa, procurando nela intervir.

Proposta de uso das fontes históricas em sala de aula: a diversidade de fontes e a capoeira como narrativa da história de um povo

Ao compreender a ciência histórica como a construção de uma narrativa sobre o passado, imersa no presente e para o presente, o trabalho de identificar como e por que tais narrativas foram construídas dizem respeito à prática de pensar historicamente, ou seja, entender como opera a metodologia da ciência histórica, bem como as conexões entre passado e presente, possibilitando um olhar crítico e reflexivo sobre este último. A conformidade com as fontes históricas é um passo imprescindível para o desenvolvimento dessa compreensão, sendo assim, é importante trabalhar e estimular o uso das mais diversas fontes históricas dentro da sala de aula de História, buscando desenvolver junto ao aluno o pensamento investigativo e a argumentação embasada, característica própria das ciências.

Dessa forma, de acordo com Xavier (2010) é importante que o professor atue enquanto mediador entre o aluno, o conhecimento histórico e as fontes históricas necessárias para a consolidação do conhecimento Histórico, incentivando a reflexão, buscando o entendimento do fato histórico como uma construção, e não algo imutável ou inquestionável. Sendo assim, afirma:

O professor ao se utilizar da fonte histórica não a utiliza como os historiadores na academia, mas com o objetivo de levar o aluno a perceber como se constitui a história, como os conteúdos históricos se contextualizam com essa fonte. A fonte torna-se então, uma ferramenta psicopedagógica que poderá certamente auxiliar o professor na difícil tarefa de estimulação do imaginário do aluno na aprendizagem da história (Xavier, 2007, p. 641).

Para a autora, ao utilizar da “ferramenta” da fonte histórica em sala de aula, o professor age nesse objeto dando a ele o caráter de ferramenta cultural, num trabalho em que a fonte torna-se também um material didático, ajudando o aluno a compreender a construção do conhecimento de forma mais palpável, ajudando-o a montar o próprio esquema de referências acerca de um fato ou conteúdo histórico.

Além das práticas corporais, um material muito rico para a análise enquanto fonte historiográfica é a cantiga, a ladainha entoada durante as práticas de capoeira, compostas, muitas vezes, por mestres quase sempre negros, e que são carregadas de relatos e reflexões sobre a realidade vivida. Sobre isso, Melo afirma:

Essa arte-luta afro-brasileira, por meio da poesia presente em ladainhas, corridos e quadras, apresenta um variado repertório temático que serve como fonte de compreensão da vida do negro;

escravidão, tradições e hábitos, luta pela liberdade, religiosidade [...] Demonstrar como o negro lê sua própria história ou como o capoeirista pode produzir uma leitura consciente e crítica da nossa história e cultura afro-brasileira, sempre através da prática de uma manifestação afrodescendente [...] Para tanto as interpretações das cantigas tornam-se essenciais para um desdobramento aprofundado de como mestres e capoeiristas, em sua maioria negros, enxergam assim mesmo em relação a sociedade" (Melo, 2008).

Em uma análise mais específica do texto das cantigas que compõem o ritmo da capoeira, podemos destacar trechos que ressaltam momentos históricos já tradicionalmente conhecidos, mas sob o olhar do negro e d própria capoeira “marcados pela tradição oral, estando sempre ligadas a acontecimentos que envolvem o cotidiano da capoeira, do negro ou do escravo e dos mandingueiros” (MELO, 2008).

A história nos engana/ lêêê!/ A história nos engana/ diz tudo pelo contrário/ até diz que a abolição/ aconteceu no mês de Maio. / Pra prova dessa mentira/ é que da miséria eu não saio. / Viva 20 de novembro/ data pra comemorar. / Não vejo em 13 de maio nada para se lembrar. / Muitos tempos se passaram/ e negro sempre a penar. /Zumbi é nosso herói dos Palmares foi senhor. / Pela causa do homem negro/ ele foi quem mais lutou. / Apesar de tanta luta/ o negro não se libertou. / Camaradinha.../ Maior é Deus! (Moraes, CD. GCAP, 1994).

No caso dessa canção, composta por Mestre Moraesⁱ, percebe-se uma clara intenção de questionar a narrativa hegemônica da história brasileira quanto à Lei Aurea de 1988, bem como, traz uma reflexão sobre as condições impostas à população afro-brasileira após esse período, refletindo a condição de um homem que vive a realidade do pós-abolição em primeira pessoa, sendo ele sujeito e objeto da produção histórica (canção). Dessa forma, o trabalho com as canções mais recentes pode contribuir em sala de aula no exercício da reflexão sobre as relações entre passado e presente, ajudando a dar corpo material aos conteúdos estudados nas aulas de História.

Para tanto, se faz necessário que o professor também traga à sala de aula noções pertinente à escrita da História e os diferentes modos de fazê-la. Nesse sentido, considerando o uso de fontes históricas em sala de aula, a capoeira e suas canções podem ser um rico material para abarcar aspectos culturais da população afrodescendente no Brasil, visto que além de ser um corpo material importante no estudo da História do Brasil, a capoeira está inserida nas discussões pertinentes ao cumprimento da Lei 10.639 - na medida em que é um elemento da Cultura Afro-brasileira -, bem como se encontra nas discussões acerca das relações étnico-

raciais na História e nas próprias determinações dos PCN's em outras seções que não a da referida análise.

Estabelecendo um primeiro diálogo sobre o uso das fontes, é importante ressaltar que o estudo da Capoeira, enquanto aspecto cultural da História do Brasil (objeto), deve ser munido de uma metodologia que una diversas fontes históricas, como afirmam Oliveira e Leal (2009), em estudo que versa sobre essa prática. Ao tratar da capoeira como objeto de estudo, faz-se necessária, além das análises de documentos oficiais produzidos por organizações relativas ao esporte, à análise de gravuras, manchetes de jornais, relatos orais, livros de registros de prisões e até mesmo obras literárias.

Há que se ressaltar que enquanto aspecto cultural de uma sociedade, a História da capoeira, como afirma Melo (2008), também é a História do povo negro-afrodescendente, que, atravessada por fatos já canonizados como marcos na História do Brasil e contam muito do país em que vivemos sob outras perspectivas, até o momento marginalizadas. Sendo assim, a transposição da capoeira não apenas como objeto de estudo, mas como fonte, configura um passo importante para a construção de uma História que valoriza a pluralidade e a diversidade, incluindo outros sujeitos na construção do saber. De acordo com Caldas e Martins (2012):

A historiografia dá voz aos vencidos quando entende que a História é construída e escrita em uma perspectiva dinâmica, quando percebe que o tecido social é formado a partir das variadas diferenças e que a História traduz esse movimento dialético que tece o diálogo entre a sociedade e o tempo (Caldas; Martins, 2012, p. 281).

Ao pensar como essa prática pode ser transposta para a sala de aula, tem-se em mente que esta possibilitaria aos estudantes diferentes olhares sobre o mesmo tema e período, contribuindo para a sua capacidade de lidar com a pluralidade e desenvolver a alteridade, além de aproximá-lo do conhecimento histórico através de fontes diversas, ainda concorrentes da narrativa hegemônica. De acordo com Xavier (2007), o uso em sala de aula da pluralidade de fontes é um fator com muito potencial para o desenvolvimento do ensino, pois:

Este fator modificou o conceito de fontes históricas, entendendo-as como vestígios, registros do passado ligados diretamente aos estudos como o cotidiano, o imaginário, a alimentação, as tradições, a cultura, etc. No entanto, os documentos escritos não perderam seu valor, mas passaram a ser reinterpretados partindo de técnicas interdisciplinares (Xavier, 2007, p. 643).

Em outra canção, composta pelo Mestre Bola Seteⁱⁱ, percebe-se a perpetuação de alguns mitos e histórias – próprios da tradição oral, que versam acerca de um passado de escravidão, evidenciando as relações religiosas e a presença dos orixás – que podem ser utilizados na aula pelo professor conforme a indicação dos PCN's. Conforme o trecho abaixo, a canção também denota a presença de algumas figuras históricas conhecidas, com a sinhá (dona do escravo) cuja relação de poder foi, por vezes, construída de forma romântica, e a do feitor, denunciando também as práticas de violência e resistência contidas naquele modo de organização social.

Árvore da Mandinga/ No tempo da escravidão/ Quando nego matou sinhá/ Foi na árvore que o nego foi morar/ O feitor passava perto/ Não podia enxergar/ Procurava o nego escravo/ Que matou sua sinhá/ Exu santo malandro/ Mensageiro dos Orixás/ Protegia o nego escravo/Que cansou de apanhar, camaradilha!/ Iê, Viva meu Deus Camará! (Bola Sete, 1989. p. 82).

Tomando a canção de Mestre Bola Sete como exemplo, podemos entender o quanto esse “vestígio do passado” está presente na capoeira, podendo ser utilizado em sala de aula enquanto proposta de análise das práticas adotadas pelos capoeiras ao longo dos anos e, compreendendo suas motivações e contexto, entender também um pouco mais sobre a história de uma população e até mesmo de um país.

Portanto, o uso da capoeira e suas cantigas como fontes históricas também reflete uma série de contribuições e práticas culturais que refletem especificidades da população afro-brasileira, tais como a valorização da oralidade, questão típica dos povos africanos ou diásporos destes – que nem sempre tinha o domínio da leitura e da escrita. Bem como o caráter performático da capoeira – uma estratégia de luta que se mistura com a dança, e que carrega muito da teatralidade presente nas sociedades tradicionais da África ocidental.

Dessa forma, compreendendo o potencial da capoeira enquanto fonte histórica, sua utilização pelo professor, pode possibilitar que o aluno, uma vez identificando tais aspectos, perceba conexões de cultura e temporalidade entre conteúdos distintos, contribuindo para o reconhecimento das diferentes formas de relações de poder e a diversidade cultural entre grupos, tal como consta nos objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História.

Considerações finais

Embora os textos oficiais dos PCN's não sejam tomados como obrigatórios, justificamos que, conforme Silva (2014), com a sistematização das avaliações promovidas pelo Estado, àqueles educadores que não adotam as prerrogativas circunscritas em tais documentos, podem não atingir metas satisfatórias nas verificações de desempenho escolar. Além disso, tomando os estudos de Libâneo (2003), as leis e programas oficiais possuem caráter democrático, possibilitando, em tese, que todos os brasileiros tenham acesso igualitário à educação, sendo de fundamental importância que a organização escolar esteja em paralelo com tais formulações, embora não seja uma proposta de fácil construção. Nessa perspectiva, tomamos os Parâmetros Nacionais Curriculares como um dos critérios norteadores da prática docente, devendo ser lido, analisado e reconfigurado conforme as necessidades implicadas ao trabalho do professor preocupado com as novas dinâmicas que se dinamizam na escola.

Nesse terreno propício para o estabelecimento de diálogos, inter-relações e intercâmbios culturais que é a escola, a prática docente que não possibilita o desenvolvimento da alteridade, destacado como fundamental nos PCN's, inviabiliza a vivência de uma experiência histórica gratificante no contexto de sala de aula. Sendo assim, não desenvolver em sua prática docente ou não reconhecer o papel do professor de História enquanto uma prática política, reverbera de forma negativa no contexto de rompimento de barreiras preconceituosas na sala de aula.

Ao perseguir os objetivos tecidos para este artigo, buscou-se elaborar um panorama de informações, a partir de uma análise reflexiva, para a melhor compreensão e articulação entre o ofício do historiador, as determinações estabelecidas pelos PCN e o ensino de História materializado na figura do professor, visto aqui como mediador e orientador do processo educativo. Dessa forma, destacamos que, como anteriormente afirmado, ao entender a educação básica como um ambiente disposto a desenvolver subjetividades e combater as desigualdades sociais, auxiliando na construção da alteridade e no respeito às diversidades, as leis e programas oficiais, tais como os atuais PCN são grandes aliados, visto a sua contribuição para o caráter democrático da educação, possibilitando, em tese, que todos os brasileiros tenham acesso igualitário aos mesmos conteúdos e discussões.

No que concerne ao uso de fontes e a historicidade do documento – que se constrói na emergência das pautas trazidas pela Nova História por meio da Escola dos Annales – há uma marcada discussão sobre um paradigma de cidadania brasileira que se efetue de maneira mais inclusiva, reafirmando a importância de uma escola que demande de um caráter transdisciplinar em seu currículo, em especial o de História. Assim, conduz-se à necessidade de atualização coerente nos modos de pensar e praticar o ensino de história, reverberando no uso das variadas fontes. Sobre a necessidade do uso dos documentos Jacques Le Goff (1990) destaca que o historiador

[...] deve trabalhar nos seus documentos com a mesma imaginação que o matemático nos seus cálculos, ou o físico e o químico nas suas experiências. É uma questão de estado de espírito e resta-nos aqui seguir Huizinga quando declara que a história não é apenas um ramo do saber, mas também "uma forma intelectual para compreender o mundo (Le Goff, 1990).

Neste processo, torna-se possível a inserção de diversos sujeitos e narrativas no ambiente de sala de aula, auxiliando o estudante em seu processo de compreensão do mundo. Como exemplo aqui apresentado, a capoeira e seu conjunto de elementos históricos, que vão desde o brincante (sujeito histórico) e suas práticas corporais, perpassando também as cantigas, instrumentos e demais aspectos da cultura que a envolve.

Nesse sentido, enquanto proposta de trabalho no campo do ensino da História buscou-se tratar a capoeira como um aspecto cultural da população afro-brasileira no Brasil ainda hoje, valorizando-a enquanto objeto de estudo e, principalmente, destacando seu potencial enquanto fonte histórica, entendendo a prática dessa dança/luta/esporte enquanto documento carregado de complexidade e historicidade. Atualmente considerada patrimônio imaterial da Humanidade (2014), a prática da capoeira, bem como sua história e a epistemologia produzida por seus mestres, ainda ocupa um lugar marginal dentro da narrativa histórica brasileira. Sendo assim, o presente trabalho também buscou contribuir para as discussões e possíveis inserções desse tema no exercício prático do ensino da História e cultura africana e afro-brasileira.

Referências bibliográficas

Albuquerque Júnior, D. M. D. Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história. *Qual o valor da História hoje*, 1, 21-39.

Bittencourt, C. (2004). *Materiais didáticos: concepções e usos*. In: _____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 295 – 324.

Brasil. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em: 03/08/2019.

Caimi, F. E. (2008). Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 129-150, 2008.

Fico, C. (2012). História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 28, p. 43-59, 2012.

Fonseca, S. G. (2003). *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas: Papirus.

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão (et al). Campinas, SP, Editora da UNICAMP.

Libâneo, J. C. (2003). *Planejamento escolar*. In.: Didática. São Paulo: Cortez Editora.

Melo, S. F. (2008). *A poesia oral da capoeira: Fonte de leituras sobre o negro afro-brasileiro*. 2008, XI Congresso Internacional da ABRALIC, USP, São Paulo/SP.

Oliveira, J. P., Leal, L. A. P. (2009). Por uma historiografia da capoeira no Brasil. In: *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 26-41

Pereira, N. M.; Seffner, F. (2008). O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 113-128, 2008.

Reznik, L.; Monteiro, A. M. (Orgs.). (2012) *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.

Xavier, É. S. (2007). *Ensino e história: o uso das fontes como ferramentas na produção de conhecimento histórico*. 2007. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ensino_e_historia_o_uso_das_fon

[tes historicas como ferramentas na producao de conhecimento historico.pdf.](#)

Acesso em: 04/10/2019.

Notas

ⁱ Pedro Moraes Trindade, mais conhecido como Mestre Moraes, é um importante difusor da Capoeira Angola e criador do Grupo Capoeira Angola Pelourinho (GCAP) da Bahia.

ⁱⁱ José Luiz Oliveira Cruz, o Mestre Bola Sete, também é um importante difusor da Capoeira Angola e já escreveu livros com a temática da capoeira, dentre eles a obra “Capoeira Angola: do iniciante ao mestre”, publicado pela EDUFBA.